Estratégias de acesso social à legislação ambiental, como mecanismo de proteção aos bens de uso comum

Social strategies of access to environmental legislation , as a protective mechanism to goods in common use

ARAÚJO, Jairton Fraga[1]; ARTUSO, Kallinca Almeida[2]; ARAÚJO, Ana Larissa Andrade[3]; SILVA, Geovania Barbosa[4]

1 Universidade do Estado da Bahia, jairtonfraga@bol.com; 2 Universidade do Estado da Bahia, kally_artuso@hotmail.com ; 3 Universidade do Estado da Bahia, analarissa.andrade@hotmail.com; 4 Universidade do Estado da Bahia, eng.gbsilva@gmail.com

Resumo: O projeto objetivou fomentar o acesso à legislação ambiental pela população do Vale do São Francisco, em especial, da cidade de Juazeiro, rica em diversidade e recursos naturais, mas com restrições consideráveis quanto ao conhecimento e utilização efetiva das normas ambientais, e trazer à tona a consciência acerca da importância das normas e de sua aplicabilidade efetiva no seio social. Tal acessibilidade será possível se pautada num processo de comunicação aberta, onde todos os segmentos sociais e as mais diversificadas faixas etárias da população possam ser ouvidas e envolvidas, partindo do pressuposto de que a conscientização dos próprios interessados torna o processo de proteção ao meio ambiente algo natural e fácil de ser inserido na rotina de cada um.

Palavras-Chave: Direito Ambiental; Lei dos Agrotóxicos; Lei dos Orgânicos; Conscientização Ambiental; Acessibilidade.

Abstract: The project aimed to promote access to environmental legislation by the São Francisco Valley population, especially in the city of Juazeiro, rich in diversity and natural resources, but with considerable restrictions on the knowledge and effective use of environmental standards, and to bring out awareness about the importance of standards and their effective applicability in social sinus. This accessibility is possible if guided in open communication process, where all segments of society and the most diverse age populations can be heard and involved, on the assumption that awareness of the stakeholders themselves makes the process of protection to the environment something natural and easy to be inserted into the routine of each.

Keywords: Environmental Law; Law of Pesticides; Laws of Organic; Environmental Awareness; Accessibility.

Contexto

No período de janeiro de 2012 até julho de 2014 o Projeto Estratégias de Acesso Social à Legislação Ambiental, como Mecanismo de Proteção aos Bens de Uso Comum realizou diversas atividades entre os municípios de Juazeiro, Euclides da Cunha, Canudos e Petrolina, todos estes pertencentes à região do Vale do São Francisco, com fortes impactos sociais e carece de conhecimentos. Partindo do arcabouço jurídico-legal, pretendeu-se reunir parte da legislação ambiental vigente no Brasil no intuito de produzir instrumentos para ampliar o acesso social. Este acesso se deu através da criação de panfletos, blog, entrevistas, cartilhas, entre outras ferramentas que, com linguagem simples, informaram a população e foram distribuídas em escolas, órgãos públicos, associações de bairro, entre outros. É importante salientar que todas as atividades listadas foram realizadas por intermédio dos bolsistas do Centro de Agroecologia, Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável.

O principal objetivo do projeto foi promover a difusão da legislação ambiental brasileira, com enfoque nos principais textos, cuja abrangência envolve mais enfaticamente a região do Vale do São Francisco e em especial o município de Juazeiro. Tais dispositivos legais são: 1 - Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/07/1989); 2 - Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981); 3 - Código Florestal (Lei 4.771/1965); 4 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010); 5 - Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 08 /01/1997); 6 - Lei de Crimes Ambientais (*Lei* 9.605 de 12/02/1998); 7 e Lei dos Orgânicos (Lei 10.831/2003).

Descrição da experiência

A realização do projeto se deu em dois eixos principais. O primeiro, voltado ao contexto agronômico, visou trazer à tona os conceitos englobados à ideia de meio ambiente e seu significado para a sociedade, como por exemplo, o significado de desenvolvimento sustentável, meio ambiente, impacto ambiental, agroecologia, entre outros. O segundo eixo, voltado ao campo jurídico, objetivou, a partir dos conceitos

mencionados pelo campo agronômico, esclarecer a importância legal destes e as ferramentas de proteção dadas pelo legislador para efetivar a proteção de cada um. Ambos os eixos se fundamentaram na ideia da acessibilidade, ou seja, linguagem clara, fácil, de forma a tornar o conhecimento cada vez mais abrangente.

Resultados

Dentre os resultados atingidos, podemos listar a realização de 70 palestras nas escolas municipais e estaduais da região, abrangendo, ao mínimo, 1000 pessoas, a confecção de 2000 camisas que foram distribuídas ao público das palestras, entrevistas e visitantes e a elaboração de seis cartilhas informativas, sendo elas: Lei de Crimes Ambientais, Lei de Agrotóxicos, Lei de Orgânicos, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Resíduos Sólidos.

A criação de um blog (http://blogdocaerdes.blogspot.com.br/) facilitou em ambiente virtual o acesso fácil e de massa aos mais diversos setores, onde foram listados textos, informativos, eventos, sites de consulta diária, links para órgãos ambientais, críticas, legislações, notícias, artigos científicos e toda programação das ações construídas pelo projeto, de forma gratuita, prática, acessível e atualizada diariamente.

Por intermédio do Colégio Antonílio da França Cardoso, do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia e da Marinha, o projeto conseguiu realizar a Primeira Ação Cidadã na Ilha do Rodeadouro, que teve como premissa básica conscientizar a população acerca dos prejuízos ambientais que o lixo pode causar. Além de conscientizar a população acerca dos prejuízos que o lixo pode gerar, a ação objetivou fazer com que os estudantes do colégio realizassem a coleta seletiva do lixo descartado inadequadamente na Ilha do Rodeadouro e abordassem os turistas acerca das consequências que essa irresponsabilidade pode acarretar.

Em junho de 2014, foi organizada a I Conferência sobre Meio Ambiente e Governança Pública, cuja idealização nasceu diante da lacuna acerca de um debate da produção agrícola sustentável e também da legislação agroambiental por parte da população do Vale do São Francisco, em especial, da cidade de Juazeiro, já que

a região é agrícola e com consideráveis recursos naturais, mas ainda com restrições consideráveis quanto ao conhecimento e a utilização efetiva da produção sustentável e das normas agroambientais.

Ao levar conhecimento à população e evidenciar a necessidade do respeito ao ambiente, colaboramos para a construção de uma consciência crítica capaz de refletir e entender o papel do meio ambiente na vida e tornar sua proteção algo mais fácil, um hábito natural, um costume, que é como deveria ser, visto que a natureza precede o homem e tudo o que possuímos é ou foi, em algum momento, fruto dela.

Agradecimentos

À Universidade do Estado da Bahia através do Centro de Agroecologia, Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável – CAERDES-, por todo apoio intelectual e pela idealização do projeto. Ao Colégio Estadual Antonílio da França Cardoso e aos gestores pelo incentivo à realização deste trabalho. À todos os colégios municipais e estaduais da região que nos acolheram e cederam espaço em seus horários para que pudéssemos ministrar as palestras. Ao apoio financeiro de Instituições como CNPq e EDUNEB na confecção das cartilhas da série Meio Ambiente Sustentável. À colaboração do Ministério Público da Bahia e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), e ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Humana e Gestão Socioambiental.

Agradecer ao bolsista e eterno amigo Saullo André de Souza Leite Melo (*in memoriam*), pela intensa e significativa colaboração para a execução e sucesso deste empreendimento.

Referências bibliográficas:

BRASIL, **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de

agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm

BRASIL, **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

BRASIL, **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. ~~Institui o Novo Código Florestal~~. Brasília, 1965. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm

BRASIL, **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

BRASIL, **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm

BRASIL, **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.html

BRASIL, **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm.